



Fl. 137  
2014.12.13

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **ATA NÚMERO OITO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 13.12.2014**

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, nesta Cidade de Tarouca, e Auditório Municipal Adácio Pestana, teve lugar a oitava sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

**- Membros eleitos diretamente:**

- Maria Amélia Pires de Albuquerque; Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Ana Palmira Botelho Figueiredo; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

**- Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, João Manuel Santos Félix e Rui Fernando Guedes Raimundo.

**Não compareceram os seguintes membros:** Liliana Matias Soares e Paulo Jorge Dias Pereira.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo Susana Cristina Dias Pereira e Afonso Manuel Batista Dias, não tendo comparecido o Senhor Vereador José António Amaro Nunes.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por agradecer profundamente a todos os cidadãos que ali se deslocaram para participar na sessão, explicando que o grande objetivo de realizar a sessão da Assembleia Municipal neste espaço é o de abrir a porta aos cidadãos e à cidadania.

Agradeceu de seguida a especial presença dos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal de Lamego e de S. João da Pesqueira, pois demonstra que a região procura cada vez

mais integrar-se e apoiar-se mutuamente, e é indicativo de um sentido de pertença a uma região que diz muito a todos. Agradeceu a presença dos representantes das instituições e da comunicação social formal e não formal, que ajudam a chegar mais longe o nome de Tarouca. Cumprimentou de seguida a Câmara Municipal e todos os membros da Assembleia.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção do público presente, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Prosseguiu informando que o membro Liliana Matias Soares apresentou justificação de falta à presente sessão, a qual foi aceite pela Mesa e será arquivada sob o número quarenta e oito do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Informou ainda que o Senhor Vereador José António Amaro Nunes justificou também a sua falta, por se encontrar ao serviço dos Bombeiros Voluntários.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

♦ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação e votação da acta nº 7, da sessão ordinária de 30.09.2014;
2. Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

♦ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

♦ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

3. Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

♦ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, das medidas de orientação da execução orçamental e do mapa de pessoal para o ano de 2015;
2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do Orçamento para 2015 (nº7 do artigo 38º da lei nº2 /2007, de 15.01);
3. Discussão e votação do 8º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro;
4. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em 2016, referente aos rendimentos de 2015;
5. Apreciação do despacho do Senhor Vice-Presidente de suspensão dos pagamentos, relativo à ação popular sob a forma de Ação Administrativa Comum interposta pela CIMDouro contra a ATMAD;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

6. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 01.09.2014 a 20.11.2014;

7. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Viseu, nos termos da Lei n° 36/2014, de 26 de junho;

8. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2° momento)**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N° 7, DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.09.2014**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número sete da sessão ordinária de trinta de setembro último, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se de seguida à votação da ata número sete da sessão ordinária de trinta de setembro último, a qual foi aprovada por maioria de dezanove votos a favor e uma abstenção do membro João Manuel Santos Félix por não ter estado presente naquela reunião.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal na contextualização da sessão iniciou por informar acerca da correspondência que foi recebida, salientando que a mesma está disponível para ser consultada por qualquer membro:

- Convite do Agrupamento de Escolas para a comemoração do Dia Internacional Eco-Escolas;
- Convite do Sport Clube de Tarouca para o magusto;
- Convite da Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense para a entrega do Troféu de Campeão Distrital da 1ª Divisão de Futebol da AF de Viseu;
- Convite da CPCJ de Tarouca para as comemorações do aniversário da Declaração dos Direitos da Criança;
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca para a cerimónia do 40º Aniversário da Associação;
- Convite de várias Instituições do Concelho para as respetivas Festas de Natal
- Moção aprovada pela Assembleia Municipal de Lamego sobre o Hospital de Proximidade de Lamego, quanto a este assunto informou que ele próprio e o Senhor Presidente da Câmara

analisaram a mesma, a qual consideram muito importante e numa próxima sessão trarão aqui uma ideia do que acham conveniente para a organização dos cuidados de saúde no Hospital de Proximidade de Lamego, que serve toda a região. Informou que às sextas-feiras continuam a ser recebidos e ouvidos os cidadãos, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara a abertura que existe para resolver alguns assuntos quase de imediato.

Informou que teve lugar uma reunião da Comissão Permanente no passado dia cinco, que são sempre reuniões extraordinárias, agradecendo aos líderes dos Grupos Municipais e aos membros da Mesa pela forma como participam. Participou numa reunião da revisão do Plano Diretor Municipal e em reuniões da Assembleia Distrital, que está para ser dissolvida por não se justificar, mas que por razões constitucionais teve de ser constituída.

Continuou informando que recebeu a demissão do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira como líder do Grupo Municipal do PS, tendo sido substituído pelo membro Manuel Leite dos Santos, que já participou na última reunião da Comissão Permanente.

Aproveitou para agradecer ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira pela forma elevada como, naquela qualidade, participou nas sessões da Assembleia Municipal e nas reuniões da Comissão Permanente e pelas palavras que lhe dirigiu aquando do seu pedido de demissão. Aproveitou ainda para lhe pedir desculpa pelo facto de na última sessão da Assembleia não lhe ter concedido a palavra para usar o direito da defesa da honra, uma vez que não se apercebeu que o assunto tinha a ver com ele próprio, tendo acabado por ser juiz em causa própria, pelo que pede desculpa.

Agradeceu ainda ao escritor Daniel Cardoso Teixeira Pinto por ter agraciado todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal com um livro de sua autoria intitulado "Prosa e Poesia da Beira Serra", que tem a ver com a vida dos concelhos de Tarouca e Lamego.

Referiu que, no início do mandato, tinham como grande objetivo tornar a Assembleia Municipal um espaço da Cidadania Política que estivesse sempre de portas abertas para todos, o que na verdade aconteceu, porque já são procurados pelas pessoas. Por isso, entende que já nada é como dantes, e que a Assembleia Municipal é agora um órgão atuante e presente na dinâmica do Concelho todos os dias.

Prosseguiu referindo que um outro objetivo era o de promover a cidadania, o seu exercício, a valorização do ser humano na sua dignidade e o trabalho das Instituições do concelho de Tarouca, com a aproximação às pessoas e às instituições, tendo sido desenvolvidas muitas atividades que permitiram que isso acontecesse, designadamente as Comemorações do 25 de abril com a valorização da música e a participação dos

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

alunos da escola e a realização do Congresso da Cidadania Política, organizado por todas as forças políticas. Concluiu salientando a intervenção da Assembleia Municipal na realização de dois brainstormings, para a construção do conceito imaterial da marca territorial "VV - Vale do Varosa".

Verificando-se que não houve inscrições para o período de intervenção do público, passou-se à

**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **José Manuel Oliveira Andrade** - Salientou a iniciativa levada a efeito pelos órgãos municipais no âmbito do Programa Tarouca Cidadão com a visita à freguesia de S. João de Tarouca, no passado dia vinte e dois de novembro, onde foram muito bem recebidos pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros de Freguesia e que permitiu o conhecimento alargado das realidades e das dinâmicas locais. Referiu que foi muito gratificante estar presente naquela visita, pelo contacto que foi feito com as pessoas, que manifestaram o seu contentamento por verem que alguém se preocupava com eles e pelo grande número de obras realizadas que puderam verificar "in loco". No final da visita o Senhor Presidente da Junta passou um vídeo com todas as obras executadas, das quais nunca teria conhecimento sem uma iniciativa do género.

Salientou que no âmbito do mencionado Programa serão levadas a efeito visitas às outras freguesias, o que considera muito importante para quem tem de gerir os destinos do Concelho, porque não há melhor forma de conhecer as realidades do que deslocar-se aos locais.

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** - Aproveitou a oportunidade para agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca, Tiago Eusébio, a forma como foram recebidos e como conduziu toda a visita, que decorreu de uma forma extraordinária.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Iniciou por agradecer pelo facto de ter feito parte da Comissão Permanente ao longo de um ano, uma vez que foram momentos únicos de debate construtivo e de ideias interessantes, num órgão interno muito fraternal. Agradecendo os momentos que teve a oportunidade de partilhar.

Na qualidade de cidadão e pai disse que o preocupa a degradação dos parques infantis do Concelho, que não oferecem condições de segurança, propondo que sejam reabilitados e modernizados.

Sugeriu que seja lançado o passaporte cultural municipal, numa iniciativa conjunta do agrupamento de escolas, património e município, que permitisse aos alunos participarem em diversas iniciativas culturais e desportivas, e que no final do ano fossem atribuídos prémios pelo uso daquele passaporte, como por exemplo um curso de formação, etc., que serviria de motivação para as crianças e jovens participarem nas diversas vertentes.

Continuou sugerindo que o Município apoiasse viagens de estudo, designadamente à Kidzânia em Lisboa ou ao centro da Ciência Viva em Santa Maria da Feira, onde as crianças podem ter experiências interessantes.

Quanto ao património, disse que o entristece ver a Igreja Matriz de Tarouca tão degradada exteriormente, porque é uma das mais antigas do País, e facilmente se poderia resolver com uma lavagem das paredes exteriores e um arranjo do adro, que não seria muito oneroso.

Concluiu referindo a necessidade de colocação de sinalética cultural e do património, que é riquíssimo.

- **João Manuel Santos Félix** - Disse que conhecendo as dificuldades financeiras da Câmara Municipal, realça o esforço feito para não faltarem com o pagamento das verbas mensais para as Freguesias, pois sem elas não poderiam fazer nada.

Quanto ao contrato celebrado respeitante à mini-hídrica de Ucanha-Gouveias, considera que as verbas deviam ser transferidas na totalidade para a Freguesia, uma vez que é ali que a empresa está instalada, pelo que solicitou que o Senhor Presidente da Câmara reflita sobre o assunto.

- **António Carmo Santos** - Descreveu um episódio que se passou com a marcação de consultas no Centro de Saúde, no qual se verifica a dificuldade que existe na marcação das mesmas, pelo que recomendou ao Senhor Presidente da Câmara que diligenciasse no sentido de as consultas poderem ser marcadas por telefone, para evitar contratempos para as pessoas.

Alertou para o elevado valor da taxa relativa à emissão de parecer para a constituição de compropriedade, pois paga-se por cada prédio, o que fica muito dispendioso para as pessoas, solicitando que seja reduzido o valor, ou que seja emitida apenas uma certidão por partilha.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo desafio que lhe lançou para a visita à sua freguesia, no âmbito do Programa Tarouca Cidadão, ao qual acedeu com muito gosto.

Explicou que apesar de haver vozes a dizer que a freguesia de S. João de Tarouca tem muito dinheiro, isso não é verdade, contudo vão fazendo uma boa gestão daquele que vão tendo, distribuindo-o da melhor forma.



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salientou que terá todo o prazer em tê-los de volta no próximo ano, para testemunharem o trabalho feito.

Agradeceu ao membro José Manuel Andrade Oliveira as palavras que lhes dirigiu, tendo dito que foi com muito gosto que o receberam assim como a todos que lá puderam estar presentes. Concluiu agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara e a todo o Executivo o apoio que tem sido dado à freguesia de S. João de Tarouca, pois apesar das dificuldades financeiras tem-se arranjado sempre uma forma de fazer obras.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente ao Mercadinho de Santa Helena, disse que lamentavelmente lhe parece que os comerciantes locais olharam aquilo como se fosse concorrência, quando o poderiam utilizar para se abastecerem de produtos. Para além disso, a construção do Mercadinho destina-se a permitir que as pessoas possam escoar os produtos que cultivam, entendendo que o seu funcionamento vai melhorando aos poucos, contudo solicitou à Câmara Municipal que faça alguma fiscalização no sentido de se evitarem os "chicos espertismos".

- **Manuel Leite dos Santos** - Disse que, pela primeira vez, participou numa reunião da Comissão Permanente na qualidade de líder do Grupo Municipal do PS, na qual fez referência a alguns dos assuntos que a seguir irá referir.

Considera que os jovens precisam de novas coordenadas, que os promovam e os motivem, e que para isso são precisas boas práticas.

Referiu que a verba transferida pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia é parte de um protocolo já antigo, referente a transferências de competências em matéria de limpeza das vias públicas, e que a transferência do Estado (FEF - Fundo de Financiamento das Freguesias) decorre da legislação de financiamento das autarquias. Ora, tendo em conta os desequilíbrios financeiros entre freguesias, nomeadamente, as verbas por número de habitantes e por Km<sup>2</sup>, embora na fórmula de apuramento do FEF também seja tida em conta a área da freguesia, perguntou se não será tempo deste protocolo ser renovado e ajustado de modo a poder responder melhor aos atuais problemas das Juntas de Freguesia.

Leu de seguida a seguinte proposta de trabalho, a qual a seguir se transcreve:

#### "1-Municipalização do Ensino:

Como é consabido, o Poder Central tem em preparação desde há algum tempo o objetivo de se descartar do funcionamento das escolas e paralela e simultaneamente do recrutamento docente e de tudo o mais que lhe está inerente.

Em contrapartida, como moeda de troca, consta-se que promete um financiamento recheado de ilusões às autarquias que alinham no projeto.

Quero acreditar que o atual Executivo Camarário não se deixará deslumbrar. A promessa governamental, a ser

verdadeira, de financiamento fácil, encobre uma injustiça enorme. Se esta Autarquia aceitar cooperar com tal projeto, saiba Senhor Presidente desde já que a posição do PS será inquestionável e veemente contra. Não pode o Executivo contar connosco. Este projeto fomenta a injustiça e o compadrio, compadrio sim, que não mais o deixarão em paz.

## **2 - Pontos de energia elétrica para apoio aos agricultores:**

Tanto quanto sabemos existem campos agrícolas com dificuldades de rega por ausência de energia elétrica. É tempo de se colmatar esta situação apoiando estes agricultores. Urge, portanto, elaborar-se ou eventualmente atualizar-se os mapas dos pontos de água existentes ou a existir para estudo e montagem de uma rede elétrica estratégica capaz de corresponder às diversas necessidades.

## **3 - Jogos Florais Infantis e Juvenis Primavera 2015 (ou outra designação a estudar)**

São competições culturais destinadas à comunidade escolar dos 7 aos 17 anos a distribuir por 3 grupos etários, a saber:

- Grupo A, dos 7 aos 10 anos;
- Grupo B, dos 11 aos 14 anos;
- Grupo C, dos 15 aos 17 anos.

Os jogos caracterizam-se pela criação e apresentação de trabalhos obrigados a uma temática nas modalidades de pintura e prosa.

Para a realização destes impõe-se a constituição duma comissão organizadora e dinamizadora que oriente e realize os mesmos até finais de abril de 2015, nomeadamente a preparação e divulgação prévia de um regulamento, a constituição dos diferentes júris, a lista de prémios a atribuir e uma data que se considere interessante para a proclamação de vencedores e a consequente entrega de prémios.

## **4 - Jogos Florais Primavera 2015**

Competições semelhantes aos jogos anteriores, mas destinados à participação de adultos a concorrer pelo menos duas modalidades "fotografia" "literatura" e "pintura" a seleccionar pela Comissão Organizadora. Do mesmo modo, os trabalhos são igualmente obrigados a um tema.

Os prémios atribuídos pelo júri serão entregues durante a mesma de proclamação dos vencedores dos jogos florais infantis e juvenis.

A Comissão Organizadora será incumbida de apresentar um cronograma das diferentes atividades que formatem os eventos.

Por fim, conforme informei o Senhor Presidente da Assembleia na última Comissão Permanente, estarei pessoalmente disponível em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista para avançar com estes e com outros projetos.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****5 - Cobertura do corredor de acesso à entrada do Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro**

Quando chove, as crianças que saem do autocarro uma a uma molham-se porque não sabem manusear o guarda-chuva, para além de que se os abrirem podem ser perigosos para as crianças que circulam.

Em meu nome e dos membros do Grupo do Partido Socialista apresento votos de Boas Festas e que 2015 seja um Ano Bom.

Assembleia Municipal de Tarouca, 13 de dezembro de 2014.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista,

a) Manuel Leite dos Santos."

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Saudou o novo líder do Grupo Municipal do Partido Socialista. Espera que a partir de hoje continuem a ter as mais cordiais relações, tal como aconteceu com o anterior líder, Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, a quem endereça um abraço, salientando que foi sempre um prazer dialogar com ele.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca disse que não lhe foi possível estar presente na visita à sua freguesia, mas assistiu à sessão solene e ao lanche que foi extraordinário.

Realçou o facto de esta sessão estar a decorrer no Auditório Municipal, o que resulta de uma "bandeira" do Senhor Presidente da Assembleia de abertura do órgão aos cidadãos, com a qual concorda, sendo com gosto que está neste local.

Saudou o Executivo por algumas das iniciativas levadas a efeito, destacando a colaboração na realização do *Zumba Colors Party*, que, para além de ter trazido ao Concelho gente de fora, insere-se na política de valorização do papel das Associações, que passa por, mais do que dar dinheiro, incentivá-las à sua angariação, através da promoção de atividades.

Valorizou ainda a decoração natalícia das rotundas em parceria com as Associações do Concelho.

Manifestou o seu apreço pela realização da caminhada "Luta Contra o Cancro" organizada pela União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, com o apoio da Câmara Municipal, que foi uma das maiores da zona norte do País.

Ao membro Manuel Leite dos Santos disse que também está muito preocupado com a municipalização do ensino, a qual considera que teve início no Governo do Partido Socialista, com a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, altura em que o Município de Tarouca assumiu o pessoal não docente. Acrescentou que não sabe o que o atual Executivo pensa sobre o assunto, mas não acredita que se caminhe no sentido da municipalização, porque todos já perceberam que tem de ser combatido o fator "C", e que seria um autêntico descalabro se passasse para os Municípios a contratação dos docentes.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, tendo-lhe dito que tomou nota sobre o pedido de arranjo dos parques infantis, garantindo que em breve será efetuada uma vistoria a todos os parques do Concelho.

Quanto ao passaporte municipal cultural, disse que já estão praticamente a fazer isso, porque o Município tem estado disponível para apoiar qualquer visita de estudo, o que agora ainda está mais facilitado com os autocarros adquiridos.

Relativamente à Igreja Paroquial, disse que o seu arranjo é da competência da Igreja, com quem o Município tem uma grande parceria na obra de construção do Centro Paroquial, por isso, neste momento, não consegue deslocar mais pessoal para outra obra da Igreja.

Ao membro João Manuel Santos Félix agradeceu as palavras que lhe dirigiu, tendo salientado a excelente colaboração que tem havido com as Juntas de Freguesia.

Quanto às verbas da mini-hídrica, disse que já foi transferido algum do valor recebido, o que antes não acontecia.

Agradeceu ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio a forma como os recebeu na sua freguesia, em cuja visita foi possível constatar as inúmeras obras executadas pela Junta de Freguesia de S. João de Tarouca, com a colaboração do Município.

Ao membro António do Carmo Santos disse que também o preocupa muito a dificuldade com a marcação de consultas no Centro de Saúde, o que se está a tentar alterar. Quanto às taxas que mencionou, disse que irá ser analisado o assunto, pois também entende que o valor é elevado.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que a Câmara Municipal criou o Mercadinho de Santa Helena com a melhor das intenções, esperando que as pessoas percebam isso.

Ao membro Manuel Leite dos Santos, quanto à municipalização do ensino, disse que também não concorda com isso, porque este Município já foi muito penalizado com a transferência do pessoal não docente.

Em relação aos pontos de energia elétrica para agricultura, disse que não lhe chegou nenhum pedido.

Relativamente aos jogos propostos, disse que vai ser analisado o assunto.

Passou-se de seguida à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:

**PONTO 1: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015**

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em suas reuniões de 31 de outubro e de 05 de dezembro de 2014, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e quinze, contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 2.814.400,00 (dois milhões e oitocentos e catorze mil e quatrocentos euros) e o segundo o montante total de despesa, para o próximo ano, de € 3.530.700,00 (três milhões e quinhentos e trinta mil e setecentos euros);

❖ Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 13.608.246,00 (treze milhões e seiscentos e oito mil e duzentos e quarenta e seis euros), sendo que € 10.455.700,00 (dez milhões e quatrocentos e cinquenta e cinco mil e setecentos euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 9.038.100,00 (nove milhões e trinta e oito mil e cem euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 3.152.546,00 (três milhões e cento e cinquenta e dois mil e quinhentos e quarenta e seis euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 4.570.146,00 (quatro milhões e quinhentos e setenta mil e cento e quarenta e seis euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

❖ Mapa do pessoal para o ano de dois mil e quinze.

**Verificou-se que a proposta de Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:**

❖ Relatório, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n° 1 do artigo 46° da Lei n° 73/2013, de 03.09;

❖ Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

❖ Mapa resumo das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica (alínea b) do n°1 do citado artigo 46°);

❖ Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n°1 do citado artigo 46°);

❖ Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

❖ Cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, para efeitos do disposto no artigo 40° da Lei n° 73/2013, de 03.09);

❖ Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

❖ Mapa de identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

❖ Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar.

**O Senhor Presidente da Câmara** iniciou por referir que os presentes documentos servem para orientar o trabalho a efetuar pelo Município no próximo ano.

Destacou a inclusão social que foi desde o início uma preocupação deste Executivo.

Explicou que assim que tomaram posse detetaram que no Concelho havia uma valência em falta, que era a de um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) destinado a pessoas com deficiência, a qual conseguiram que fosse colmatada, pois em janeiro ou fevereiro já será instalada uma unidade em Tarouca, o que julga que vai constituir uma grande satisfação para as famílias que vivem com deficientes nos seus lares.

Quanto à educação e formação, espera que continue a haver uma boa cooperação entre as três entidades: família, escola e Município, para que cada vez mais tenham sucesso.

Disse que elegeram ainda o associativismo, porque têm muita admiração pelas pessoas que estão à frente das Associações e que trabalham sem receberem nada em troca, por isso, a Câmara Municipal continuará a apoiar as Associações em tudo o que lhes for possível, até porque as suas atividades são muito importantes para todas as classes etárias.

Explicou que será levada a efeito uma área de acolhimento empresarial, para as empresas locais que pretendam um espaço, para desenvolverem as suas atividades.

Disse ainda que sempre elegeu como pilar de sustentabilidade económica do Concelho a agricultura, reforçando a excelente colaboração dos Senhores Presidentes de Junta no sentido de criarem melhores condições de acessibilidade aos agricultores e para que também possam escoar os seus produtos, foi dado já um pequeno passo com a criação do Mercadinho de Santa Helena.

Referiu que, com a criação da Régiefrutas, os agricultores pensaram que tinham a sua situação resolvida, contudo verificaram posteriormente que tinham afinal arranjado mais um problema, pois aquela infraestrutura tem uma enorme dívida, que não tem sido nada fácil gerir. Informou que todos os meses têm de pagar de juros ao banco o valor de € 18.000,00 (dezoito mil euros), o que faz com que seja muito difícil uma instituição daquelas sobreviver, pois tem uma dívida de três milhões e quinhentos mil euros e apenas uma faturação anual de trezentos mil euros. Ora, só com uma boa gestão e muito trabalho será possível que aquela infraestrutura venha a ser uma alavanca para os agricultores do Concelho.



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto ao turismo, explicou que foi criada uma sala no Museu de Lamego, onde qualquer turista obtém toda a informação sobre o Concelho. Que a Casa do Paço tem tido uma atividade muito interessante, tendo o jantar monástico dado já os seus frutos, porque conseguiram acertar contactos com os agentes turísticos, os quais preveem que mensalmente sejam servidas refeições a grupos pelo valor de cerca de € 50,00 cada, o que julga ser importante para o futuro de sustentabilidade económica daquele edifício. Explicou ainda que foi criado um espaço interativo no aeroporto Sá Carneiro onde os turistas podem obter conhecimentos sobre o Concelho e em breve será aberta a Loja Interativa em Tarouca. Por fim, salientou a participação pela primeira vez do Município na BTL de Lisboa, e o facto da marca Vale do Varosa já começar a ser levada por diante.

Quanto ao Parque Ribeirinho, disse que vai ser uma realidade, que valorizará o ambiente e terá um espaço equestre para atividades desportivas, recreativas e de reabilitação psicomotora. Esta intervenção terá início na Ponte do Toquinho e vai até à Ponte da Variante Este. Inclui roteiros temáticos, percursos de contemplação da natureza, da água, recuperação dos moinhos, áreas verdes para acontecimentos culturais, campismo, caravanismo, etc. o que entende que virá a ser objeto de muita atração turística.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para continuar a apresentação técnica dos documentos.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** iniciou por referir que iria focar essencialmente os constrangimentos financeiros da Autarquia, os eixos estratégicos, o orçamento e as Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

Ao nível dos constrangimentos financeiros, disse que não podia deixar de apresentar três pontos que têm sido o ponto base de trabalho, designadamente, a situação financeira do Município, o saneamento financeiro em que o Município se encontra desde dois mil e dez e o início no próximo ano do novo Quadro Estratégico Comunitário.

Em relação à situação financeira, porque entende que é dever do Executivo prestar contas, e a Assembleia Municipal também tem vindo a solicitar, e ainda porque também já foi membro deste órgão durante oito anos, tendo na altura sido apelidado de contabilista de merceeiro, decidiu fazer hoje justiça àquele nome e trazer as contas de merceeiro.

Assim, apresentou discriminadamente os valores da receita média mensal que totaliza o montante de € 607.000,00 (seiscentos e sete mil euros), bem como os valores da despesa fixa média mensal no montante total de € 751.500,00 (setecentos e cinquenta e um mil e quinhentos euros), o que totaliza um défice mensal de € 144.500,00 (cento e quarenta

e quatro mil e quinhentos euros), perfazendo um défice anual de € 1.734.000,00 (um milhão e setecentos e trinta e quatro mil euros), daí que tantas vezes repetem que é necessário poupar, pois mesmo sem adquirir nada, existe sempre este défice, o que é bem demonstrativo das dificuldades que a autarquia enfrenta no dia-a-dia. Acrescentou que se a despesa fixa retirassem o valor de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) mensais de juros de empréstimos, a despesa teria uma diminuição de € 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil euros) por ano e teriam assim um *superavit* de € 66.000,00 (sessenta e seis mil euros) por ano, o que já daria para comprar alguns sacos de cimento.

Referiu que estão a ser tomadas todas as medidas possíveis para baixar a dívida, contudo a tendência será sempre para que a dívida aumente, considerando as atuais condições.

Relativamente ao saneamento financeiro, explicou que em dois mil e dez foi contratualizado um empréstimo no valor de € 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil euros), tendo-se decidido na altura iniciar o seu pagamento apenas em dois mil e catorze, com pagamentos anuais de cerca de novecentos mil euros.

Salientou que, nem tudo são más notícias, pois o novo Quadro Estratégico Comunitário 2015/2020 prevê novas oportunidades, às quais estão atentos e, por isso, já têm preparadas cinco candidaturas para apresentar. Esclareceu que o novo QEC traz novas regras, designadamente, tem de haver a garantia que o Município tem fundos disponíveis; é preciso demonstrar capacidade de pagamento e, por fim, todos os projetos apresentados têm de ser geradores de receita. Surge por isso aqui um novo problema, porque estes novos fundos comunitários não se destinam a caminhos, estradas, saneamento, condutas, etc., como era habitual, destinam-se sim às áreas da investigação, formação, educação e empregabilidade. Contudo, através do PRODER ainda poderão tentar a candidatura de alguns caminhos.

Referiu de seguida os eixos estratégicos, que são os mesmos que já foram apresentados para 2014, designadamente: a) desenvolvimento económico sustentável; b) inclusão e coesão social; c) educação e formação; d) cultura, desporto e associativismo; e) modernização da autarquia. Referiu que já quase todos estes assuntos foram abordados pelo Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, que deu nota de algumas políticas de desenvolvimento económico e sustentável, a implementar no Concelho. Acrescentou o planeamento da rede florestal, através de candidaturas ao PRODER, para abertura de novos caminhos, limpeza e reflorestação da floresta.

Relativamente à inovação, diferenciação e empreendedorismo, explicou que a Câmara não pode substituir o empreendedor,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

pode é criar-lhe novos desafios, e por isso aparecerá brevemente uma área de acolhimento empresarial.

Ao nível do turismo, paisagem e património, disse que tudo têm feito para que estas áreas dessem certo, e que passou pela presença de investidores internacionais, pelo Projeto HISTCAPE que trouxe dezenas e dezenas de pessoas a Tarouca para divulgar o Concelho no estrangeiro, pela participação na Bolsa de Turismo de Lisboa e no aeroporto Francisco Sá Carneiro, entre outras atividades. A propósito, referiu que de quinze de dezembro corrente a vinte e oito de janeiro próximo o Município está presente com duas exposições para divulgação do Concelho, no Restaurante McDonald's e no IPDJ em Viseu, para as quais convidou todos os presentes.

Em relação à empregabilidade, acredita que se forem capazes de desenvolver os eixos estratégicos, são capazes de garantir emprego, ressaltando que a Câmara Municipal não se pode substituir ao empreendedor, nem ao empresário que cria emprego, nem pode contratar mais funcionários, porque o plano de saneamento financeiro não permite.

Quanto à inclusão e coesão social, explicou que é um trabalho em rede, que tem vindo a ser uma preocupação diária, especialmente para o Senhor Presidente da Câmara, que tem feito um excelente trabalho em conjunto com os técnicos, sem qualquer exibicionismo.

Quanto aos hábitos saudáveis, disse que Tarouca está a crescer neste âmbito, porque já se caminha, dança-se, anda-se de bicicleta, zumba-se, joga-se futebol, andebol, e que apesar de antes já se fazerem algumas destas atividades, destinavam-se apenas a grupos específicos, no entanto este Executivo veio generalizá-las e permitir a participação de todos.

No que concerne à educação e formação, disse que o Executivo tem feito um trabalho muito próximo da comunidade educativa com o "Programa Estudar Faz Bem", numa parceria com a Direção da Escola, apoiando as suas atividades e dando novas ideias, nunca esquecendo o combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Relativamente à cultura, desporto e associativismo, referiu que às vezes o apoio às associações não é muito bem entendido, contudo entende que devia ser proibido municipalizar as Associações, ou seja, não deviam depender do poder autárquico e, por isso, só quando a Associação mostra atividades é que o Município as apoia, parecendo-lhe que têm vindo a ter algum sucesso nesta área.

Em relação à Modernização da Autarquia, disse que estão a avançar com a desmaterialização, com a qual se pretende atingir maiores níveis de eficiência e de produtividade.

No que respeita ao orçamento, apresentou um resumo no qual se verifica um total de receitas igual ao das despesas no valor de € 13.608.246,00 (treze milhões e seiscentos e oito

mil e duzentos e quarenta e seis euros), salientando que este valor engloba projetos a fundos comunitários que não sabem se vão ser financiados, contudo quiseram ser audazes, nunca se esquecendo de garantir a sustentabilidade da Autarquia.

Explicou que este ano aparece uma ligeira alteração no orçamento, pois as despesas correntes são inferiores às receitas correntes, porque o Ministério das Finanças obriga a que isso aconteça, pelo menos no valor das amortizações, por isso o equilíbrio que era exigido anteriormente entre as despesas e as receitas correntes, agora deixou de o ser.

Concluiu abordando as Grandes Opções do Plano, salientando que pretendem manter o apoio às dinâmicas associativas; garantir a inclusão social; promover o empreendedorismo; investir na educação e formação de excelência; vão continuar a dinamizar a agenda de eventos; vão avançar com a limpeza de mais caminhos florestais, avançar com pontos de água e proteção do meio ambiente; obras de conservação do Quartel da GNR e Bombeiros, que estão em candidatura; revisão do PDM que está a em curso; a rede de esgotos de Teixelo, que é uma necessidade básica daqueles habitantes; modernização administrativa; área de acolhimento empresarial; projeção da marca do Vale do Varosa; Loja Interativa de Turismo; eficiência energética das piscinas municipais e iluminação pública; melhorar o Mercadinho Santa Helena; requalificação do Parque de Santa Helena; Parque Ribeirinho; continuação da reabilitação do Parque de Alcácima; requalificação do centro histórico da Cidade.

**O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Executivo a forma exaustiva como foram apresentados os documentos, porque ajuda aos membros e aos cidadãos presentes a terem uma melhor perceção das realidades do Município.

De seguida, procedeu à abertura do período de intervenções dos membros.

Intervieram os seguintes membros:

- **Luís Fernando Coelho Barros Pereira** - Congratulou-se com a forma como foram apresentados os documentos.

Manifestou a sua satisfação pela aposta do Executivo no turismo e na agricultura, que também eram as áreas que defendiam, porque entendem que Tarouca tem de ser competitiva e deve apostar em algo que seja diferenciador.

Considera que a agricultura é um pilar fundamental para o desenvolvimento do Concelho, na qual se inclui a caça, a floresta, a baga e todos os restantes produtos agrícolas.

Sugeriu a criação de uma bolsa de terrenos agrícolas para consumo nacional, com o intuito de captar investidores nacionais ou internacionais, e que vai ao encontro das ideias de empreendedorismo de que falam.

Sugeriu ainda a criação de uma agenda local agrícola, que contenha os pontos fortes e fracos, estratégias,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

oportunidades e as ameaças que existem no Concelho, que englobe a floresta, a caça, o mel, e todos os produtos agrícolas, e que seja elaborada com o apoio de uma universidade, porque é importante que todos saibam para onde devem ir.

Quanto ao turismo, disse que entende que, quer o Executivo, quer o Senhor Presidente da Assembleia, que tem uma visão muito própria e tem promovido e batalhado por uma identificação territorial, com a marca Vale do Varosa. Considera que o turismo deve passar por várias apostas, nomeadamente, por um turismo ambiental, cultural e religioso. Quanto ao QREN para dois mil e catorze/dois mil e vinte, que aposta muito na empregabilidade, ciência, formação e inovação, propôs que em parceria com um politécnico, ou uma universidade, seja criado aqui um polo de conservação e restauro, que nos auxiliaria muito no nosso património e a empregabilidade estava garantida, porque há poucas pessoas formadas nessa área no País.

Perguntou o que pensa o Executivo fazer quanto ao investimento "Aldeias de Cor" que está parado e como pensa ultrapassar a situação. Perguntou ainda para quando prevêem o orçamento participativo, em que os eleitores podem participar.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Iniciou por se dirigir ao membro Luís Fernando Coelho Barros Pereira tendo-lhe dito que concorda praticamente com tudo o que ele disse, mas o problema que existe é a falta de dinheiro com que o Município se debate, lembrando os valores que foram apresentados pelo Senhor Vice-Presidente e que não podiam ser mais claros.

Referiu que ficou surpreendido com o valor do *deficit* mensal/anual apresentado, porque sempre ficou com a ideia de que o anterior Executivo dizia que conseguia equilibrar as contas, não compreendendo como podia afirmar isso.

Concluiu dizendo que, por vezes, tem mesmo de falar do passado, porque a Câmara Municipal contraiu um empréstimo de saneamento financeiro em 2010 para começar a pagar em 2014, o que é o mesmo que comprar uma casa e deixá-la para os filhos pagarem.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O **Senhor Presidente da Câmara**, quanto às Aldeias de Cor, disse que foi difícil agendar uma reunião com os interessados, contudo conseguiu reunir com eles na passada segunda-feira e ficou bastante preocupado com aquilo que lhe disseram, porque lhe parece que é um projeto perdido, pois nem com a ajuda do Município estão com a intenção de o concretizar. Disse ainda que lhes concedeu cerca de dois

meses para lhe comunicarem a decisão final, pelo que irão aguardar.

Quanto ao orçamento participativo, disse que já estão a usar os contributos dados pelos cidadãos para o orçamento, designadamente através da sua participação no Congresso da Cidadania.

**Intervêio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, tendo explicado ao membro António Luís Carrapa Sarmento que o Executivo anterior ainda não estava a pagar o empréstimo de saneamento financeiro, apesar de o ter contraído e, por isso, o deficit era muito menor, não sendo de admirar que afirmassem que tudo estava controlado, pois era possível resolver tudo muito mais facilmente.

- **António do Carmo Santos** - Deu os parabéns ao Executivo, nomeadamente ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pelo trabalho técnico efetuado e pela forma simples como apresentou as contas, porque ideias todos têm, mas concretizá-las é difícil.

Disse que temos um Concelho em que vemos uma cooperativa a ser desmantelada, uma Régiefrutas que é um nado quase morto, que nem se sabe como poderá sobreviver, dada a sua situação financeira, o que é muito preocupante.

Perguntou em que lugar o Executivo está a prever que sejam instaladas as empresas e em relação ao projeto aldeias de cor, quem vai indemnizar a Junta de Freguesia de Várzea da Serra pelos valores gastos com a desanexação, etc., para além das expectativas que foram criadas às pessoas com aquele projeto.

- **Presidente da Assembleia Municipal** - Alertou para o facto de que o que está a acontecer com o pagamento do empréstimo de saneamento financeiro, que teve um período de carência de quatro anos, só aconteceu porque a Assembleia Municipal em dois mil e dez o aprovou, aceitando aquelas condições. Por isso, ressaltou que é necessário que todos os membros deste órgão tenham noção de que devem analisar bem todos os documentos e votar conscientemente, pois todos são legalmente responsáveis pelas opções que tomam. Na sua opinião, todas as propostas de contratação de empréstimos deverão prever o início do respetivo pagamento de imediato e não o deixando para o futuro.

Acrescentou que como cidadão e Presidente da Assembleia reprova totalmente a decisão que foi tomada pela Assembleia Municipal em dois mil e dez.

**Intervêio ainda o Senhor Presidente da Câmara**, em relação ao projeto "Aldeias de Cor", tendo esclarecido o membro António Carmo Santos que os contratos são para ser respeitados e na altura o contrato celebrado dava-lhes um prazo de quatro anos, por isso, têm de aguardar.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o seguinte:

♦ a proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze;

♦ a proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e quinze;

♦ o mapa de pessoal para o ano de dois mil e quinze;

♦ as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2015, constantes do articulado supra referido:

**1 - Autorização genérica para autorização de compromissos plurianuais:**

a) A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06, por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização genérica favorável à Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal para, até ao limite da respetiva competência, assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2014, até aos seguintes montantes máximos:

2016: € 2 950 500,00

2017: € 1 983 000,00

2018: € 362 500,00

2019 e seguintes: € 121 500,00

b) A Assembleia Municipal emite ainda autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, em 2014, pela Câmara Municipal referente a encargos não previstos nas Grandes Opções do Plano que não excedam o limite de €99 759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos.

c). A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

d). Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

**2 - Atualização da tabela de taxas municipais:**

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é

atualizada de acordo com a taxa de inflação de 2014, se se verificar efetivamente.

### **3- Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais:**

3.1. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 500;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

3.2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2014 e nas previstas para 2015.

3.3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por munícipes de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

### **4- Administração direta:**

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta, de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2015, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

### **5 - Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico:**

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

**6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem**

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10.02, para vigorar em 2014, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2015 (Nº2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09)**

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2015, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (nº2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00, aprovado em reunião camarária de 5 de dezembro de 2014, acompanhado do mapa demonstrativo do limite da dívida total, das propostas recebidas, da informação da Divisão Administrativa e Financeira e da minuta do contrato, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2015, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE €400 000**

**PROPOSTA**

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que entrou em vigor no dia 01.01.2014, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano( nº2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

À semelhança do que acontecia na vigência do anterior regime das finanças locais, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar na sua sessão anual de aprovação do orçamento, a aprovação de todos os

empréstimos de curto prazo que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento, os quais devem ser amortizados até ao final do exercício económico em que forem contratados.

Contudo, atualmente, a mencionada proposta é obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais e da deliberação de 31.10.2014, foi solicitada a apresentação de propostas a cinco instituições bancárias, das quais responderam duas.

Analisadas as mesmas, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira datada de 27 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V.Excías que:

esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para, no ano 2015, contratar com a Caixa Geral de Depósitos S.A., com sede em Lisboa, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), acrescida do spread de 1,72% e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do corrente exercício económico e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Não obstante, junta-se em anexo mapa demonstrativo do limite da dívida total (previsão para 2015).

Mais proponho a aprovação da minuta do contrato e que me sejam conferidos poderes para outorgar o mesmo, após a aprovação deste pedido de autorização.

Anexos:

- a) mapa demonstrativo do limite da dívida total;
- b) propostas recebidas;
- c) informação da DAF;
- d) minuta do contrato.

Paços do Município, 27 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que esta proposta é idêntica à do ano anterior, pois uma vez que estão proibidos de contrair novos empréstimos, têm de recorrer a esta forma para ocorrer a dificuldades de tesouraria, e que é pago até ao final de dezembro.

Explicou ainda que foram pedidas propostas a todos os bancos, contudo só dois apresentaram proposta, tendo mesmo assim sido conseguido melhores condições, sensivelmente metade do *spread* do ano anterior.

Intervieram os seguintes membros:

- **António do Carmo Santos** - Pronunciou-se a favor da proposta apresentada, tendo em conta a atual situação financeira do Município.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que concorda com a proposta, uma vez que se destina a ocorrer a dificuldades de tesouraria e tem de ser saldado até trinta e um de dezembro. Aproveitou para explicar que fazia parte da Assembleia Municipal em dois mil e dez, aquando da aprovação do empréstimo de saneamento financeiro, tendo-lhes na altura sido apresentada uma lista com as dívidas do Município aos fornecedores, o que os levou a aprovar aquela proposta, tendo em conta as dificuldades dos fornecedores.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa Geral de Depósitos S.A., com sede em Lisboa, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses (Base 360 dias), acrescida do *spread* de 1,72% e nas demais condições constantes da sua proposta, a amortizar até ao final do mesmo ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO 8º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

Presente o oitavo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro em cumprimento do número seis do artigo sexto do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, respeitante ao período de um de abril a trinta de setembro do corrente ano, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de cinco de dezembro corrente, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que semestralmente tem de ser apresentado a este órgão o relatório do plano de saneamento financeiro, o qual se comprometeu na última sessão a alterar, para que a sua leitura fosse mais realista.

Efetivamente, na elaboração dos anteriores relatórios era utilizada uma forma de cálculo de cada um dos indicadores, que lhe causavam muitas dúvidas, porque era feito sobre os pagamentos efetuados, isto é, se em dois mil e doze se pagassem por exemplo cem euros e em dois mil e treze se pagassem oitenta euros, considerava-se que houve uma melhoria, o que não refletia a verdadeira situação do Município. Por isso, em conjunto com os serviços técnicos da Câmara decidiu alterar essa metodologia e passar a considerar a despesa efetivamente feita.

Explicou que na introdução do relatório fala-se num conjunto de pagamentos que tiveram de assumir e que os apanharam de surpresa, designadamente a revisão de preços da empreitada da Variante Este (setenta e cinco mil euros) e a indemnização a pagar ao empreiteiro que construiu o Auditório Municipal, que ganhou a ação em Tribunal.

Prosseguiu informando que o endividamento líquido baixou em 4,46%, contudo o plano de saneamento financeiro obriga a baixar 10% anualmente, parecendo-lhe que a trinta e um de dezembro conseguirão reduzir em cerca de 11% a 12% com a entrada do montante do IMI e o pagamento da conta caucionada.

Quanto à situação financeira, disse que os fornecedores tiveram um acréscimo de dívida de oitenta mil euros, porque em dois mil e treze estavam por classificar e registar cerca de € 170.000,00 (cento e setenta mil euros) de faturas da empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", que só vieram a ser registadas em dois mil e catorze, e que provocou o aumento verificado.

Prosseguiu dizendo que o rácio dos passivos financeiros está abaixo dos 200% e vai ainda ficar mais abaixo do que ficou em dois mil e treze. Quanto ao aumento do prazo médio de pagamentos aos fornecedores, explicou que este aumento tem a ver com a fórmula usada no seu cálculo, uma vez que a equação tem como numerador a dívida e como denominador a despesa, e como foi reduzida substancialmente a despesa do Município e a dívida se manteve, consequentemente o prazo aumentou, o que não considera ser mau, porque não foi causado pelo aumento da dívida, mas sim pela redução da despesa.

Congratulou-se com o facto da variação do excesso da dívida do Município, pois até setembro houve uma redução da dívida de 7,6% e sobre o montante do excesso da dívida conseguiu reduzir-se 22,07%. Contudo, alertou para o facto de que em 31 de dezembro as notícias neste âmbito não serem tão boas,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

por causa da dívida da Régiefrutas, que vai entrar no endividamento da Autarquia.

Quanto à execução orçamental, disse que ronda os 56,65%, o que lhe parece ser um resultado muito bom, pois desde 1974 que não havia uma execução tão boa no Município.

Relativamente às medidas, destacou as seguintes: encargos com juros, que se não fossem pagos até teriam diminuído, mas como foram pagos e registadas as faturas aumentou o valor, porque foram feitos acordos de regularização de dívida com algumas empresas e todos os juros de mora foram contabilizados; os subsídios e transferências, também registaram um aumento, porque inclui os valores gastos com todas as pessoas que estão a trabalhar no Município através do Centro de Emprego, cuja receita é registada noutro capítulo.

No que respeita aos transportes escolares também aumentou o valor, porque em junho de 2013 foi feito um contrato com a EAVT, onde a Câmara Municipal assumiu o pagamento de uma compensação por prejuízos que a empresa tinha com os transportes públicos, o que aumentou a despesa com transportes.

Continuou dizendo que também aumentaram as transferências para as Associações, porque apareceram novas associações e foram realizados novos eventos, tais como o downhill e o BTT, e quando se vê que essas atividades projetam o Concelho no País e no mundo, considera que vale a pena o investimento, porque há-de trazer proveitos.

Referiu que a eficiência energética foi um plano que também levaram a cabo, tendo já conseguido uma redução de 14,16%. Nas festividades do Concelho tiveram uma diminuição de 61% em relação a 2013. Reduziram também nas despesas com pessoal, o que se deveu à contenção das horas extraordinárias e à saída de trabalhadores em mobilidade.

Quanto às medidas de maximização da receita, o Município é extremamente dependente das transferências do Estado, não sendo possível conseguir um grande aumento.

Concluiu salientando que a despesa corrente, mesmo com o aumento em algumas áreas, teve uma redução de 5,67%, o que entende que é considerável.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o oitavo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, respeitante ao período de um de abril a trinta de setembro do corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A ARRECADAR EM 2016, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2015**

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e dezasseis, referente aos rendimentos de dois mil e quinze, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte de novembro de dois mil e catorze, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

**"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A ARRECADAR EM 2016, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2015**

**PROPOSTA**

Nos termos do n° 2 do artigo 26° da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, a participação dos municípios no IRS depende de deliberação sobre a percentagem deste imposto pretendida pelo município. Esta deliberação deve ser comunicada por via electrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos.

Ao contrário do que se verificava no âmbito da anterior lei das finanças locais, atualmente a ausência da referida comunicação ou a comunicação para além da referida data equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- a) a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, constitui um direito dos municípios;
- b) no caso do município de Tarouca, em 2014, a sua participação variável no IRS foi de 5%, correspondente a € 97 375, sendo que o montante total da participação transferida para os Municípios foi de € 334 582 711;
- c) em 2015, o montante a receber será de € 133 845, conforme previsto na respetiva proposta de Lei do Orçamento do Estado, sendo que o montante total da participação a transferir para os Municípios será de € 412 310 566;
- d) está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2010, o que impossibilita a redução da participação variável no IRS a arrecadar em 2016,

**Proponho** a V. Excias que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do n° 1 do artigo 25° do citado diploma, **fixe em 5% a participação variável no IRS incidente sobre os rendimentos de 2015 a arrecadar em 2016, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo 26° da Lei n° 73/2013, de 03.09.**

Tarouca, 12 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que anteriormente se os Municípios não se pronunciassem sobre este assunto recebiam o valor correspondente a cinco por cento da participação no IRS, mas a legislação alterou e se não se pronunciassem nada receberiam. Acrescentou que até se poderia pensar em diminuir aquela participação em favor dos munícipes, contudo o plano de saneamento financeiro não permite que isso aconteça.

Não tendo havido outras intervenções, foi deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável no IRS incidente sobre os rendimentos de dois mil e quinze a arrecadar em dois mil e dezasseis, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 APRECIÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DE SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS, RELATIVO À AÇÃO POPULAR SOB A FORMA DE AÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM INTERPOSTA PELA CIMDOURO CONTRA A ATMAD**

Presente o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de seis de outubro corrente, contendo os fundamentos da decisão de suspensão dos pagamentos à sociedade " Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA" (ATMAD), na sequência da interposição pela CIMDouro de uma ação popular administrativa comum contra o Estado Português, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia e a ATMAD, do qual foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de nove de outubro último, e que foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação, cuja última parte a seguir se transcreve na íntegra:

**"III. DIRETRIZES PARA OS SERVIÇOS**

Face ao exposto, e atendendo a todos os fundamentos e razões da ação popular comum evocados anteriormente,

**DETERMINO:**

1º À DFP para, até ao acerto de contas da tarifa FETA com os pagamentos efetuados, desde 01 de janeiro de 2011, ou a eventual decisão contrária do Tribunal:

1.1Suspender todos os pagamentos à ATMAD da facturação registada no sistema de contabilidade à data;

1.2Proceder ao estorno de todas as faturas e requisições externas pendentes na conta corrente da ATMAD e registadas

no sistema da contabilidade, à data, no montante de € 127.522,59;

1.3 Suspende a inscrição de dotação orçamental, bem como todos os procedimentos conducentes ao registo da despesa do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, no orçamento em vigor e futuros, até decisão do Tribunal;

1.4 Devolver todas as faturas e notas de débitos, posteriores à assinatura do acordo de regularização de dívida, enquanto não existirem decisões transitadas em julgado nos pleitos envolvente o Município de Tarouca e a ATMAD;

1.5 Suspende do SIIAL, nos termos do n.º 2 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 (LCPA), o registo dos pagamentos em atraso das faturas da ATMAD, objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória;

1.6 Remeter, trimestralmente, informação do controlo do acerto de contas da tarifa FETA, desde 1 de janeiro de 2011, bem como listagem de todas as faturas e notas de juros de mora, estornadas e devolvidas à ATMAD e não registadas no sistema de contabilidade;

2 À DAF, continuar a informar e conferir as faturas, bem como o controlo dos consumos de água e saneamento;

3 Dar conhecimento à Digníssima Assembleia Municipal do teor do presente despacho, nos termos da alínea y) do n.º 1 do art. 35.º conjugado com alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou o seguinte: Os Municípios assinaram um contrato de concessão com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA", o qual tinha um estudo de viabilidade económico-financeira que dizia a cada Município qual era o valor cobrado por cada metro cúbico de água e de saneamento tratado. No entanto, atualmente esse contrato não está a ser respeitado e a empresa está a cobrar tarifas 50% ou 60% acima do valor contratualizado. Em 2011, a ANMP entrou com uma ação contra a empresa, na qual defendiam o pagamento do valor contratualizado, tendo o Ministério do Ambiente da altura concordado com os Municípios e com a ANMP. Porém, a empresa não aceitou esta decisão e manteve-se a faturar o valor acima do contrato. Assim, todos os Municípios da CIMDouro decidiram devolver à ATMAD as faturas relativas aos valores cobrados a mais, que no nosso caso ronda o valor de € 300.000,00.

Não houve intervenções.



Fl.

151

2014.12.13

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Foi apreciado e tomado conhecimento do presente despacho. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 01.09.2014 A 20.11.2014**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezanove de junho corrente, respeitante à realização de despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 01.09.2014 A 20.11.2014, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, na qual se verifica que o montante total dos encargos assumidos para anos seguintes é o seguinte: 2015 (€ 391.553,20); 2016 (€ 298.579,86); 2017 (€ 307.076,97; 2018 (€ 322.152,72); 2019 (€ 154.115,58), a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número quarenta e nove, do maço de documentos número um do livro de atas número dez, e que a seguir se transcreve:

**"Informação sobre as despesas com encargos plurianuais a prestar à Assembleia Municipal - Período de 01.09.2014 A 20.11.2014**

Junto em anexo a lista das despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 01.09.2014 A 20.11.2014, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.

Esta informação após aprovação pela Câmara Municipal será remetida à Assembleia Municipal para conhecimento.

Paços do Município, 27.11.2014.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foi apreciado e tomado conhecimento do presente despacho.

**PONTO 7. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VISEU, NOS TERMOS DA LEI N° 36/2014, DE 26 DE JUNHO**

Procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Viseu, nos termos da Lei n° 36/2014, de 26 de junho.

O Grupo Municipal do PSD apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

"O Grupo Municipal do PSD, da Assembleia Municipal de Tarouca, propõe o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, Rui Fernando Guedes Raimundo, para integrar a Assembleia Distrital de Viseu, nos termos da Lei n° 36/2014, de 26 de junho.

Tarouca, 13 de dezembro de 2014.

a) António Luís Carrapa Sarmento"

Não tendo havido outras propostas, procedeu-se de seguida à votação da presente proposta, por escrutínio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: dezoito votos a favor e dois votos contra.

Foi assim eleito o membro Rui Fernando Guedes Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, para integrar a Assembleia Distrital de Viseu.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 8 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES (ALÍNEAS B) E C) DO N.º 2 ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12.09)**

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número cinquenta, do maço de documentos número um do livro de atas número dez

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação.

O Senhor Presidente da Câmara informou que ontem foi exibido no Auditório Municipal o primeiro filme em 3D e nos próximos dias vinte e seis e vinte e sete será exibido um filme gratuito para as crianças.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Agradeceu todo o apoio dado pela Câmara Municipal à Freguesia de Salzedas durante o corrente ano.

Convidou todos os presentes para o trigésimo sexto Encontro Distrital de Cantadores Janeiras, a realizar no próximo dia onze de janeiro, em Salzedas, integrado nas comemorações do octogésimo aniversário do Inatel, no qual participarão grupos de todo o Distrito.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Felicitou o Executivo pela extensa lista de atividades neste período de tempo, mesmo com as limitações financeiras conhecidas.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Agradeceu ao Executivo todas as obras feitas na Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira, em colaboração com a Junta de Freguesia. Agradeceu ainda às equipas de pedreiros, calceteiros, eletricitas, do alcatrão, da jardinagem, de águas e saneamento, de serralharia, de carpintaria e de obras do Município que estiveram envolvidos na execução daquelas obras.

No que respeita ao desporto, educação e cultura, referiu a Associação Sport Clube de Tarouca, que conta com cento e cinquenta atletas (dos quatro aos dezoito anos), a qual julga que dá mais vida a Tarouca, e que foi mais um objetivo do Executivo que foi concluído, a quem agradeceu todo o apoio dado àquela Associação, tendo sensibilizado também todos os Presidentes de Junta para a sua importância.

Referiu a dificuldade na reparação de postes de iluminação pública e iluminárias, solicitando a intervenção da Câmara Municipal.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao novo espaço para pessoas deficientes, pois também tem sido uma preocupação da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca, já que na sua freguesia vivem cinco ou seis pessoas que necessitam desse apoio. Agradeceu ainda ao membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso pela grande preocupação que tem manifestado com aquelas pessoas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que está a terminar o primeiro ano de mandato e o compromisso que o Executivo fez com as Juntas de Freguesia foi de fazerem um trabalho conjunto, o que tem vindo a ser conseguido, pois têm sido feitos trabalhos que são fundamentais para as pessoas, graças à equipa de funcionários extraordinários que o Município dispõe.

Manifestou o seu orgulho pelas obras que foram executadas na futura sede da Junta de Freguesia, pelos funcionários do Município e que ali fizeram um trabalho fantástico, e que todos poderão apreciar aquando da sua inauguração que ocorrerá em janeiro.

Congratulou-se ainda com a execução do caminho do Candaíno, do caminho do Sarzedo em Valverde, de um caminho no Castanheiro do Ouro, ou seja, um conjunto de obras que a todos deixam orgulhosos.

- **António Carmo Santos** - Em nome do Grupo do PS fez também uma avaliação deste primeiro ano de mandato, referindo que todos estiveram unidos no mesmo objetivo que é Tarouca, para proporcionar melhores condições de vida a Tarouca.

Em relação à atividade do Executivo, disse que é bem demonstrativo do grande índice de trabalho que tem vindo a ser levado a efeito.

Realçou as escolinhas de futebol do Sport Clube de Tarouca, com jovens entre os quatro e os dezoito anos, o que é excelente, porque efetivamente dá mais vida a Tarouca.

Quanto à revisão do PDM, perguntou em que situação está e quando será colocado em discussão pública.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Disse que o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) era uma falha que o Concelho tinha, para a qual já tinha alertado o Executivo, e que agora vê com grande entusiasmo ser colmatada, pelo que agradeceu de uma forma efusiva o trabalho que tem vindo a ser realizado pelo Executivo.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Relativamente à informação escrita disse que é efetivamente muito extensa, da qual destacou a execução da rede de saneamento básico de Teixelo, porque nunca percebeu como era possível em pleno século XXI ainda haver uma povoação sem saneamento.

Concluiu felicitando o Executivo pela aposta no Turismo e pela presença no aeroporto Francisco Sá Carneiro, na plataforma interativa e agora nas exposições em Viseu.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro António do Carmo Santos sobre a revisão do PDM, tendo informado que têm sido feitas várias reuniões e que o processo está a correr com normalidade, parecendo-lhe que talvez em abril já possa ser feita uma primeira apreciação por este órgão.

Agradeceu todas as palavras encorajadoras que lhes foram dirigidas, garantindo que tudo irão fazer para as continuar a merecer. Disse ainda que o trabalho feito tem sido possível, graças à colaboração imprescindível dos Senhores Presidentes de Junta.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Concluiu, salientando que desde o início sempre elogiou o trabalho dos funcionários do Município, a quem fez um reconhecimento público.

De seguida, o Primeiro Secretário procedeu à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas na sessão, a qual foi colocada à votação do plenário, tendo sido aprovada por unanimidade, para produção de efeitos imediatos.

**Interveio de seguida o Senhor Presidente da Assembleia** tendo iniciado por agradecer a todos os funcionários do Auditório, à Elsa Martins e aos funcionários do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, por todo o apoio dado para a realização desta sessão.

Referiu que o ano findo foi extraordinário, e que em toda a dinâmica dos órgãos municipais estiveram subjacentes os valores da lealdade, verdade e cidadania e isso permitiu mudar o paradigma deste órgão e trazê-lo para a sociedade, sendo-lhe agora reconhecido um papel diferente e importante. Agradeceu aos líderes dos Grupos Municipais pela forma como sempre colaboraram com o órgão. Agradeceu ainda a lealdade, verdade e cidadania que tem existido na forma como o Executivo tem interagido com a Assembleia Municipal que deixa a todos satisfeitos, mas não desatentos ao seu trabalho. Considera que um dos valores fundamentais da vivência em sociedade tem a ver com a cidadania e a solidariedade.

Concluiu, desejando a todos os cidadãos presentes um Natal Feliz, com muita saúde, mas que tenham sempre uma visão de esperança assente na seguinte verdade: é que podem ter tudo, mas se não conseguirem viver felizes uns com os outros, de nada valerá o que têm. Referiu que é seu desejo profundo que Tarouca seja um concelho de gente feliz.

Salientou que os membros da Assembleia são pessoas iguais a todos os presentes, não são melhores do que ninguém, a diferença é que o destino os colocou neste lugar, o qual poderia ser ocupado por qualquer dos presentes. Aproveitou esta oportunidade para despertar todos os presentes para uma maior participação na vida pública - agindo e participando.

Concluiu agradecendo a presença de todos.

**O Senhor Presidente da Câmara** agradeceu a todos o trabalho e a dedicação nesta Assembleia, desejando aos

presentes um Santo e Feliz Natal e que 2015 seja repleto de saúde, paz e alegria.

A sessão terminou com uma salva de palma para todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, a qual depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guerreiro Borges*  
Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

